TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

ATA DA REUNIÃO GAEPE – 17/09/2021

(38ª REUNIÃO)

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça Titular - Promotoria de Educação de Porto Velho/RO (MPE/RO); Marcília Ferreira da Cunha e Castro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF (MPE/RO); Julian Imthon Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV (MPE/RO); Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque, Assessora do MPE/RO; Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Kary Falcão, Professor e Chefe do Núcleo de Planejamento e Avaliação Externa (NPAE) da SEDUC; Matheus Rangel, Oficial de Educação pela UNICEF; Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Luciano Farias, representando a Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Agenor Fernandes de Souza, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Deputado Elcirone Moreira Deiró e sua Assessora de Gabinete, Sra. Edna Okabayashi; Marcelo Thomé da Silva de Almeida, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO e do Movimento Rondônia pela Educação; Ismar Barbosa Cruz e Arthur Paku Ottolini Balbani, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Adrissa Maia Campelo, Bianca C. Silva Macedo e Dalton Miranda Costa, Auditores de Controle Externo do TCE-RO; Felipe M. P. de Paula, servidor da Secretaria de Planejamento do TCE/RO; Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Gláucia Negreiros, Secretaria Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Vânia Moreira, Secretária Municipal da Educação de Alta Floresta D'Oeste/RO; Clênia Souza Ferreira, representante da Secretaria Municipal da Educação de Corumbiara/RO; Ceiça Pinheiro, Secretária Municipal da Educação de Candeias do Jamari/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação da Presidente da Associação de Conselheiros Tutelares de Rondônia - ACTRON, Sra. Carla Maria de Oliveira, e do Diretor-Geral da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia - Agevisa, Sr. Gilvander Gregório de Lima.

1) O que foi discutido

Sendo presidida pelo Dr. Ismar, a presente reunião é iniciada. Aproveita-se o momento para fazer menção à Nota Técnica GAEPE n. 06/2021, assinada no dia de hoje, referente a sugestões ao Poder Público sobre a cobrança do comprovante de vacinação aos servidores públicos, principalmente voltados para os que trabalham nas escolas, visando um retorno seguro às aulas presenciais.

Enumera-se a pauta do dia: 1. Apresentação sobre o Busca Ativa Escolar; 2. Os informes a respeito da conectividade; e 3. O andamento das ações de monitoramento de implantação dos protocolos escolares. O ponto a respeito da apresentação de dados colhidos pelos grupos de trabalho referente à educação infantil foi transferido para a próxima reunião. Também se redefiniu a data sobre o ponto da pauta acerca da Educação Inclusiva, que ficou marcada para o dia 15/10, em uma apresentação a ser feita pelo Deputado Cirone.

Antes de começar o ponto a respeito da Busca Ativa, a palavra é passada ao Sr. FELIPE, para informar sobre o andamento das tratativas dos trabalhos do grupo criado para trazer informações administrativas relacionadas à educação infantil, principalmente direcionado às obras escolares paralisadas. Traz em sua fala o esforço empreendido para análise da qualidade dos dados recebidos via Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública (Sigap), a respeito das obras públicas em Rondônia para a oferta de creches, baseando-se no quantitativo de alunos a serem atendidos. Informa que, através do citado sistema, recebem

mensalmente dos municípios as informações a respeito desse tema. Entretanto, como o sistema foi reformulado, só possui dados medidos do ano de 2021, não havendo informações sobre obras anteriores a esse ano, ocasionando em um déficit de dados. Dessa forma, solicitou à equipe responsável pelo Sigap para ter a ampliação desse acesso, visando ter um panorama geral da situação: obras iniciadas, em andamento e em atraso.

Apesar da limitação temporal, verificou as informações que seriam colhidas, como em quais setores estão enquadradas as obras (trata-se de políticas de educação, saúde, etc.), qual o tipo (voltadas a creches, bibliotecas, quadras de esporte, etc.), a unidade gestora (município responsável), local de execução (município de localização) e qualificações da obra (andamento da construção, qual bem, ou reformas, etc.). Pretende, até o fim da semana que vem, ter os dados de forma mais geral e específica. Se coloca à disposição para responder eventuais dúvidas.

O Dr. ISMAR contextualiza a fala do Sr. Felipe destacando a importância de encontrar as lacunas da paralisação da obra, visando, após a identificação do óbice, uma avaliação em conjunto com o Gabinete para buscar saídas, devido a sua importância para a sociedade. Salienta ainda a possibilidade de esse levantamento ser feito em uma pesquisa direta com os secretários de educação municipais, por meio da AROM e Undime. Assim, pede que uma pesquisa seja apresentada na próxima reunião sobre os óbices enfrentados nas construções escolares, para se discutir como o Gabinete pode apoiá-los na resolução dos problemas.

A pauta a respeito da Busca Ativa Escolar (BAE) é iniciada, sendo passada a palavra ao Sr. MATHEUS RANGEL para discorrer sobre a implementação nos municípios, o modelo da iniciativa e principais pontos críticos. Compartilhando sua tela, apresenta a importância da escola na vida dos estudantes, independentemente de sua situação, sendo a Busca Ativa um gargalo para proteção das crianças. Traz informações sobre a iniciativa, explicando o programa e elencando as principais causas da exclusão escolar. Trata, ainda, da funcionalidade do BAE e demais informações sobre a plataforma a ser usada. Frisa a necessidade de se indicar uma equipe para fazer parte dessa iniciativa, apontada pela gestão de cada município, conforme a realidade individual. Fala também sobre o tempo para atendimento das crianças, de acordo com a situação enfrentada, além da colaboração essencial entre todos os setores municipais.

O Presidente PAULO CURI pede a palavra e cumprimenta a todos, fazendo dois registros: informa a adesão expressiva ao projeto de avaliação diagnóstica, abrangendo 44 redes municipais escolares e correspondendo a quase 90 mil alunos do ensino fundamental (do 2° ao 9° ano), equivalente a 90% das crianças matriculadas no Estado; e, ainda, ressalta a presença do Diretor-Geral da Agevisa, Sr. Gregório, que está participando para trazer esclarecimentos sobre a paralisação da vacinação das crianças e adolescentes.

Dando uma pausa temporária à pauta sobre a Busca Ativa, o Coronel GREGÓRIO faz uso da palavra para trazer os dados sobre a imunização, informando que, quanto ao estancamento da vacinação nas crianças e adolescentes, aguardam posicionamento do Conasems e demais Conselhos, mas continuarão vacinando esse público no Estado, conforme orientação da Associação Brasileira de Vacinação.

Voltando-se ao ponto da Busca Ativa Escolar, passa-se a palavra ao Prof. KARY, que traz os dados a respeito do regime de colaboração entre as redes municipal e estadual, principalmente sobre a colaboração e apoio da Secretaria de Estado da Educação dentro dessa iniciativa. Compartilha sua tela e traz dados referente ao período de fevereiro a agosto de 2021, conforme a readesão à iniciativa feita pelos municípios. Destaca o número de “alertas” (suspeita de crianças ou adolescentes fora da escola) emitidos no Estado, sendo essa a porta de entrada na plataforma. Traz também os motivos principais identificados de evasão escolar. Por meio do mapa do Estado de Rondônia dentro da plataforma, identifica os casos que estão sendo articulados em cada município.

A Dra. MARCÍLIA inicia sua fala parabenizando as duas apresentações feitas. Destaca o apoio visado por meio da Busca Ativa, ajudando os municípios no problema da evasão escolar. Informa que o Ministério Público sempre esteve envolvido na questão do abandono das escolas pelos estudantes, e que a iniciativa só vem para consolidar ainda mais as ações pertinentes. Entretanto, é extremamente necessário que a implantação das ações propostas seja efetivada com a união dos esforços intersetoriais. Traz a trajetória do Ministério Público e do GAEINF no trabalho da Busca Ativa Escolar, inclusive na readesão à estratégia do BAE, além do planejamento do órgão para as futuras ações. Fala brevemente sobre a aplicação do questionário para levantamento de informações nos municípios, havendo a elaboração de relatórios e

divulgação do mesmo entre as Promotorias para direcionamento de como lidar com o assunto.

Sendo passada a palavra para a Dra. ADRISSA, ela agradece a presença dos participantes. Traz informações sobre a atuação de controle do Tribunal de Contas nessa temática, buscando auxiliar os gestores nas etapas, que se iniciará, na segunda-feira, com a disponibilização de um questionário a respeito da implantação da Busca Ativa, identificando os principais desafios da implementação. Para isso, requer-se uma mobilização interna e externa, sendo o objetivo inicial do TC de cunho exploratório, sistematizando onde cada município se encontra nas ações implantadas, e quais as suas dificuldades. Entre outras informações, esclarece que os Coordenadores Operacionais dos municípios terão entre os dias 20 a 24 de setembro para responder o questionário, havendo contato direto com quatro auditores para acompanhar as respostas e resolver eventuais dúvidas. Pede a mobilização dos Prefeitos para que os coordenadores respondam ao questionário, visando futuras ações de apoio e engajamento por parte dos órgãos de controle. Conta também com o apoio da Seduc, da Undime e da Arom.

A Presidente CARLA (Actron) pede a palavra e pergunta como o Conselho Tutelar pode apoiar nessa iniciativa, colocando os agentes à disposição dentro de suas atribuições. Aproveita para tirar suas dúvidas sobre o papel dos agentes dentro da plataforma. O Sr. MATHEUS pede a palavra e responde que a dúvida dá a oportunidade de dialogar sobre o assunto, destacando que os papeis dos Conselheiros vai além de apenas verificar o caso concreto, mas auxiliar na gestão de casos e mobilização dos entes públicos para cumprimento de seus papeis. A Dra. MARCÍLIA, ainda, traz a necessidade de se direcionar e especificar os entendimentos a respeito do que será considerado uma evasão escolar, parametrizando as ações de mobilização, além de esclarecer o papel do Conselho Tutelar na iniciativa.

Encerrado o ponto a respeito da Busca Ativa, e aproveitando a presença da Dra. Flávia, o Dr. ISMAR faz novamente breves considerações a respeito da Nota Técnica finalizada no decorrer dessa semana, anteriormente mencionada. A Dra. FLÁVIA agradece, e parabeniza o Sr. Arthur pela redação. Reforça ainda a importância da delimitação dada pela Nota, destacando também a importância da elaboração de Decretos Municipais coordenando e direcionando o que precisa sobre o tema da educação.

Iniciam-se os últimos pontos da pauta, a respeito da expansão da conectividade e do estágio em que se encontra o monitoramento da implantação dos protocolos. A palavra é passada ao Sr. VALMIR, que cumprimenta a todos, e traz informes a respeito da conectividade: a aquisição dos notebooks para os professores encontra-se com o contrato assinado, envolvendo em torno de 8.000 unidades, a serem entregues no início de outubro; com relação aos tablets para os alunos, está aguardando edital de pregão eletrônico na Superintendência de Licitações - Supel, abrangendo cerca de 250.000 unidades; quanto à internet patrocinada, não houve ainda a assinatura dos contratos com as operadoras, estando esse ponto paralisado; e referente à implantação da internet via satélite, 160 escolas já receberam, sendo 40% da rede municipal e 60% da rede estadual. Segundo estimativas, faltam 67 escolas para implementação desse meio.

Para falar sobre as comissões de monitoramento municipais, o Sr. VALMIR compartilha sua tela, informando sobre as mudanças no questionário feitas durante a semana, facilitando o trabalho do seu preenchimento por parte das comissões. Informa que 100% dos municípios criaram suas comissões, sendo que apenas 4 ainda não iniciaram o questionário. Traz os dados sobre as visitas presenciais nas escolas, além do site e painel criados para informação aos gestores.

O Dr. ISMAR, após algumas dúvidas, retoma a palavra e propõe que seja feita uma reunião com o grupo inicial da formação de monitoramento, feita com membros do Gabinete, para fazer uma análise e proposição aos dirigentes de cada instituição referente aos dados já informados na plataforma do questionário. O Sr. VALMIR informa que a reunião será marcada, aproveitando para pedir que o GAEPE faça um ofício circular pedindo maior apoio, adesão e participação efetiva dentro das comissões com todas entidades envolvidas, tendo em vista a baixa participação de alguns órgãos.

A Secretária CEIÇA, representando na reunião de hoje a Undime, traz a indagação de até quando os pais poderão optar por não enviar os filhos às escolas, mesmo com a situação social sendo favorável. Destaca que, com a manutenção do ensino híbrido, os pais se recusam a levar os filhos, e por motivos não relativos à pandemia enfrentada. Dessa forma, contribui-se para o aumento da evasão escolar. Destaca ainda a importância da Nota Técnica finalizada essa semana, que ajudará no retorno dos profissionais que se recusam a tomar o imunizante. Frisa que são discussões bem sensíveis, mas que devem ser iniciadas.

O Dr. JULIAN se manifesta para dizer que esse tema já vem sendo debatido dentro do Ministério Público, sendo verificado que alguns pais estão se valendo dessa facultatividade para não levar as crianças às escolas, e utilizando o "kit merenda" como uma espécie de cesta básica reserva. Sugere, então, a possibilidade de se exigir dos pais uma justificativa fundamentada para que a criança não retorne à escola, vez que os profissionais estão vacinados, não havendo motivos diretos para manter o filho em casa durante o período escolar.

O Dr. ISMAR frisa a importância de se discutir as ações e possíveis apoios aos gestores no Gabinete, sugerindo que seja inserido, na pauta da próxima reunião, um ponto sobre os "Desafios para o retorno presencial", referente à 3 pontos: a ida dos pais às escolas apenas para o recebimento da merenda escolar, a manutenção do ensino híbrido causando falta de participação da criança de forma presencial, culminando numa possível evasão, e a negativa dos pais em continuar a não levar os filhos para as escolas.

O Presidente PAULO CURI pede a palavra para reforçar que, com a melhora da situação pandêmica, a questão do ensino híbrido deve ser revista, havendo mobilização inicial por parte da gestão, trazendo os alunos para as salas. A Dra. FLÁVIA fala em seguida para reafirmar que os municípios podem começar a estabelecer seus próprios decretos, definindo as possibilidades do ensino híbrido. Sugere ainda que seja feito um levantamento de quantos municípios possuem essas resistências, agindo de forma mais pontual e direcionada.

Já se encaminhando para o fim da reunião, o Dr. ISMAR encaminha a reflexão da Dra. Flávia, sobre uma espécie de diagnóstico dos municípios sobre o retorno escolar, identificando o nível de adesão de cada, de forma a especificar quais municípios estão enfrentando problemas com o retorno dos alunos.

Define-se, então, que seja trazido pela Undime um relato, mesmo que não muito preciso, do que tem acontecido com os municípios em linhas gerais, para ser avaliado no GAEPE sobre possíveis ações. A sugestão foi acordada por todos os presentes.

2) O que ficou deliberado

Restou acordado, assim, que serão abordados os seguintes pontos na próxima reunião:

1. Informes das comissões de monitoramento da implementação dos protocolos do retorno às aulas presenciais e da conectividade;
2. Panorama do processo de retorno pela Undime (resistências, dificuldades...); e
3. Educação Infantil, incluindo levantamento das obras inacabadas e questões administrativas (grupos de trabalho).

Ficou marcada nova reunião para o dia 01.10.21, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi então lavrada por Caroline Batista Batisti, estagiária do TCE-RO, Matrícula n. 771045, revisada e assinada por Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, Matrícula n. 321.

O referido é verdade e dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE**, **Assistente de Gabinete**, em 28/09/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.ro.gov.br/validar, informando o código verificador **0335132** e o código CRC **C49699D6**.